

ADUNIOESTE

SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

Transcrevemos abaixo o documento sobre a campanha salarial docente elaborado pelo *Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná*.

Informativo do Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná
**Professores começam mobilização para derrubar veto do
Governo e evitar paralisação das universidades em 2007**

Há quatro anos, o Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná (formado pelas Associações Docentes, Sindicatos dos Professores e Servidores da UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO) vem procurando, de todas as formas possíveis, abrir negociação com o Governo Requião para corrigir as perdas salariais da categoria. Após a implantação do PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários dos técnicos administrativos), em 2006, o Comitê reuniu todas as entidades sindicais e associações para deflagrar uma campanha salarial unificada, buscando corrigir distorções da carreira docente e recuperar as perdas salariais que vem se acumulando desde a implantação da carreira docente nas Estaduais, em 1997.

A partir desta reunião inúmeras ações foram desencadeadas, tais como: três reuniões com a secretária da SETI, uma reunião com a secretária da SEAP (Administração), uma reunião com o secretário do planejamento, duas reuniões com a APIESP (Associações dos Dirigentes das Faculdades e Universidades Estaduais), além uso da tribuna na Assembléia Legislativa por 40 minutos, expondo a situação salarial docente que, em muitos casos, é bem inferior a todas as categorias do funcionalismo público e principalmente nas próprias universidades.

Há um reconhecimento público de que nossas reivindicações são justas e que é urgente uma solução. Porém, o Governo sempre alega que não tem recursos e que a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) já estaria no seu limite prudencial de 46,6% da arrecadação do Estado. Portanto, em 2006 nada poderia ser feito e que 2007 seria o ano para solucionar o problema.

Como o projeto de Lei Orçamentária do Estado para 2007 não contemplava recursos para revisões salariais, o Comitê elaborou um Projeto de Lei que igualava salarialmente o professor auxiliar A T-40 com o técnico administrativo de nível superior. Após um trabalho de convencimento junto aos deputados, conseguimos no dia 12 de dezembro, por unanimidade, a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, do projeto nº 542/06. No mesmo dia, o Comitê encaminhou à mesa da Assembléia solicitação para que o Projeto fosse aceito e votado em regime de urgência urgentíssima.

O Plenário aprovou novo Requerimento por unanimidade e, após uma conversa com o presidente da Assembléia, o Projeto entrou na Ordem do Dia em 13 de dezembro e foi aprovado por unanimidade em primeira e segunda discussão. Finalmente, também por unanimidade, foi aprovado em terceira discussão no dia 14 de dezembro.

Em seguida, o Projeto de Lei 542/06 foi encaminhado ao Governador, que vetou e o devolveu à Assembléia para que os deputados votem, aprovando ou derrubando o veto. Com a posse dos novos deputados (em 01/02/07), nosso projeto será apreciado e votado a partir da segunda quinzena de fevereiro. Por isso, representantes do Comitê (Associações e Sindicatos) estiveram presentes na posse da nova legislatura, na Assembléia Legislativa onde, além de faixas no plenário, entregaram um documento aos novos deputados e à imprensa, esclarecendo a situação.

No mesmo dia 01/02, o Comitê se reuniu em Curitiba e traçou um Plano de Mobilização para que os deputados derrubem o veto do Governo e, assim, assegurem o fim de uma distorção salarial nas Universidades. Enquanto um professor de 40 horas semanais, em início de carreira e com graduação, recebe R\$ 960,00 mensais, um servidor graduado, da mesma Universidade, tem um piso inicial de R\$ R\$ 1.856,18 mensais.

Para o início das aulas nas Universidades, a partir de 26/02/07, os docentes estão se mobilizando, procurando representantes parlamentares, apoio da sociedade civil, bem como outras formas de sensibilizar o Governo do Estado, com o único objetivo de resolver a situação de arrocho salarial que, hoje, provoca uma verdadeira “evasão de cérebros” nas Estaduais Paranaenses. Os professores querem evitar uma paralisação. Mas isso também depende da boa vontade política do Governo.

Importante lembrar que, hoje, os vetos não são mais votados secretamente. A votação de veto é feita por chamada individual e o voto é dado à viva-voz, aberto.